



CADERNOS FECOMERCIO

Nº 38 - NOVEMBRO 2007

**BRASIL:
POLÍTICO E ÉTICO**

**BRASIL
É POLÍ
ÉTICO**





Cadernos Fecomercio
Número 38 - Novembro de 2007

BRASIL: POLÍTICO E ÉTICO

Iniciativa: Conselho Superior de Estudos Políticos
Presidente e
Responsável Técnico: Cláudio Lembo



Federação do Comércio do Estado de São Paulo
Rua Dr. Plínio Barreto, 285 - 5º andar
Tel.: (11) 3254-1700 - Fax.; (11) 3254-1674/75
CEP: 01313-020 - São Paulo - SP

www.fecomercio.com.br

e-mail: publicidade@fecomercio.com.br

Presidente:
Abram Szajman

Diretor Executivo
Antonio Carlos Borges

Gerência de Marketing
Izabel Mello
e-mail: marketing@fecomercio.com.br

Gerência de Comunicação Social
Ana Paula Vieira Rogers
e-mail: aprogers@fecomercio.com.br

Gerência de Publicidade
Raquel Fernandes
email: publicidade@fecomercio.com.br

Editoração
TI - FECOMERCIO

A Federação do Comércio do Estado de São Paulo se reserva os direitos autorais dos trabalhos produzidos, cuja reprodução, não obstante, poderá ser autorizada desde que citada a fonte.

Esse trabalho não retrata, necessariamente, a posição da Fecomercio sobre o tema apresentado.





APRESENTAÇÃO

Esta edição de CADERNOS FECOMERCIO é dedicada à sessão solene de instalação do Conselho Superior de Estudos Políticos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, que constituiu o primeiro dos quatro debates do tema BRASIL POLÍTICO E ÉTICO, realizados no segundo semestre de 2007, dando início a mais uma ação efetiva, entre as muitas implementadas pela entidade, ao longo de sua história, em benefício da vida brasileira.

No momento em que todo o País tinha o seu olhar voltado para o Senado, em razão do mais recente e estrondoso escândalo da cena política brasileira, a diretoria da Fecomercio entendeu ser a hora oportuna para discutir, à exaustão, a questão política, raiz mais forte do atraso, das ancestrais e históricas dificuldades nacionais e, compreendendo-a, fazer dela o passaporte para uma sociedade economicamente forte, socialmente justa, ética e politicamente desenvolvida.

Para realizar o primeiro ciclo de debates a Fecomercio contou com a estreita colaboração da União Geral dos Trabalhadores (UGT), clara demonstração de que não há divergência entre empregados e empregadores quando está em jogo o interesse maior do País e, nesta sessão solene de instalação do Conselho Superior de Estudos Políticos, com o apoio do senador Roberto Freire, PPS, de Pernambuco, e do deputado federal Aldo Rebelo, do PT, de São Paulo, que foram expositores e debatedores. E, também, com a colaboração dos cientistas políticos Rubens Figueiredo e Humberto Dantas, relatores do debate.

A presidência do Conselho Superior de Estudos Políticos foi entregue ao governador Cláudio Lembo, professor e advogado paulista que se define como “um liberal do fundo da alma”. Administrador competente ocupou várias secretarias do governo municipal de São Paulo, em diferentes gestões, e foi prefeito interino. Elegeu-se vice-governador, em 2002, na chapa de Geraldo Alckmin, cujo mandato lhe coube concluir. Foi candidato ao Senado e à vice-presidência da República.

A pauta que definirá os temas dos próximos debates do Conselho Superior de Estudos Políticos é tão extensa quanto relevante, contemplando o financiamento público de campanhas políticas como antídoto a perigosas influências do poder econômico, a fidelidade partidária, a proibição de coligações em eleições proporcionais, o fim do foro privilegiado e da imunidade parlamentares, a votação de leis e emendas constitucionais de iniciativa popular, a limitação da edição de medidas provisórias pelo Executivo, devolvendo assim, ao Legislativo, sua função precípua, a de gerar leis e não a que lhe tem sido legada, a de referendar candidamente as propostas do Executivo.





Discurso do presidente da FECOMERCIO, Abram Szajman, no lançamento do Conselho Superior de Estudos Políticos

Sinto-me honrado ao dar início à sessão solene de instalação do Conselho Superior de Estudos Políticos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, que começa a debater o tema Brasil é Político. Estou seguro de que meus companheiros de diretoria e eu, com o auxílio generoso de todos os que aqui estão atendendo ao nosso convite, conseguimos agregar mais uma ação efetiva de compromisso com os destinos do Brasil às muitas desenvolvidas pela entidade ao longo de sua história. Nesse momento em que o país tem ainda o seu olhar voltado para o Senado, em razão do mais recente e estrondoso episódio da cena política brasileira, olhar que reflete sentimentos vários, mas seja qual for o sentimento nele refletido, olhar que testemunha que a política está entranhada na alma brasileira. Qual vara de condão rege os destinos do país, inebria seus cidadãos e certamente constitui a raiz mais forte do atraso, das ancestrais e históricas dificuldades nacionais. Assim sendo, nada mais apropriado então do que conhecer à exaustão a responsável pelos nossos maiores pesadelos e, compreendendo-a, fazer dela o passaporte para uma sociedade economicamente forte, socialmente justa, ética e politicamente desenvolvida.

O Brasil vive um momento peculiar. O seu PIB o coloca como um dos grandes países do mundo, mas nele se verificam distorções inacreditáveis, se não fossem reais: as taxas de juros mais altas do mundo, previdência social quase falida, relações trabalhistas caminhando céleres para a informalidade e burocracia intransponível para quem quer empreender. Ao mesmo tempo, suas potencialidades o credenciam a ser um outro país, diferente de tudo isso. Como chegar lá? Não é necessária uma bola de cristal para saber que vontade política é o fundamental para a transição ao Eldorado. Portanto, não é exagero dizer que o entrave ao Brasil desejável é político. Esse quadro motivou a Federação do Comércio do Estado de São Paulo a criar o Conselho Superior de Estudos Políticos, mais uma das suas ações práticas por um Brasil melhor. Há necessidade urgente de se fazer uma reforma política, pela simples razão de que se ela não for feita as demais reformas, também essenciais, não se concretizarão. Uma leitura do quadro político atual permite ver o quanto ele tem travado o progresso brasileiro, em todas as áreas. Todas essas questões constituem parte do trabalho que será desenvolvido pelo Conselho Superior de Estudos Políticos da Fecomercio, com o propósito de contribuir de maneira eficaz para o progresso do país.

Hoje se dará o primeiro dos quatro ciclos de debates que promoveremos este ano sobre o tema. Cada um deles será confiado a relatores e debatedores com linha de pensamento independente, mas estigmatizados por características comuns a todos: grande competência, projeção nacional, comprometidos com a construção de uma grande nação brasileira, zelosos na defesa da ética, da liberdade, do bem-estar e dos direitos dos brasileiros. A pauta que definirá os temas dos debates deste Conselho é extensa, e não poderia ser diferente. Discutir o financiamento público de campanhas políticas como antídoto a influências perigosas do poder econômico é muito importante nos dias de hoje. Mas o que dizer da fidelidade partidária, da proibição de coligações em eleições proporcionais, do foro privilegiado e da imunidade parlamentar, absolutamente fundamentais? Mas há outras questões tão ou mais essenciais





quanto as anteriores, que gostaria de destacar entre muitas outras: a votação de leis e emendas constitucionais de iniciativa popular, limitar a edição de medidas provisórias pelo Executivo, devolvendo ao Legislativo sua função precípua, a de gerar leis e não a que lhe tem sido legada, de referendar candidamente as propostas do Executivo. É uma pauta extensa, trabalhosa, mas que tenho certeza será cumprida graças à capacidade e ao empenho dos que estão aqui reunidos e a outros tantos que certamente a nós irão somar.

Para capitanear essa longa, mas essencial jornada em favor do Brasil e dos brasileiros, a diretoria da Federação do Comércio convidou um homem muito competente e muito digno, acostumado a falar o que pensa independente das circunstâncias e com firme ironia sublinhar as situações mais inusitadas. Filho de imigrantes italianos, nascido e criado neste bairro paulistano do Bexiga, este que se define como um liberal do fundo da alma governou a cidade e o Estado de São Paulo, referências históricas de tradição de luta e de resistência democráticas. Trata-se do professor Cláudio Lembo, a quem tenho a honra de empessar na presidência do Conselho Superior de Estudos Políticos e a quem, em nome da diretoria da Federação e do Centro do Comércio do Estado de São Paulo e dos conselhos regionais do Sesc e do Senac, dou as boas-vindas e transmito os votos de profícua gestão. Todos conhecem Cláudio Lembo e sua trajetória como professor, administrador e político, mas nunca é demais rememorar-la. Portanto, permitam-me lembrar que ele formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco e é doutor em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e foi professor titular de Direito Constitucional e reitor da mesma universidade. As obrigações acadêmicas, entretanto, não o impediram de desenvolver ao longo dos anos intensa atividade política. Com coerência e coragem, trabalhou durante o regime autoritário para que o Brasil voltasse ao Estado de direito, à democracia. Foi candidato ao Senado e à vice-presidência da República, formulando a teoria política a partir do exercício da política. Ocupou várias secretarias do Governo Municipal de São Paulo em diferentes administrações, governou a Capital como prefeito interino, elegeu-se vice-governador em 2002 na chapa de Geraldo Alckmin, cujo mandato lhe coube concluir. Haveria melhores credenciais do que essas para assumir a presidência do Conselho Superior de Estudos Políticos da Federação? Sou muito grato ao professor Cláudio Lembo por aceitar a missão. A reunião de hoje conta também com figuras proeminentes da vida nacional. Refiro-me aos deputados federais Roberto Freire e Aldo Rebelo, duas das melhores cabeças da cena política brasileira, homens de postura exemplar na defesa dos interesses nacionais e da consolidação de uma sociedade economicamente forte e socialmente justa, homens que engrandecem a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional. Refiro-me aos professores Rubens Figueiredo e Humberto Dantas, autênticos representantes do que há de melhor em nossa academia, cientistas políticos e sociais de grande expressão e reconhecida competência. Refiro-me ao Ricardo Patah, liderança antológica dos trabalhadores do comércio, homem empenhado no aprimoramento das relações capital-trabalho, para que delas resultem um país mais rico e democraticamente forte, independente, capaz de corrigir as desigualdades sociais e garantir o direito de seus cidadãos. Presidente da União Geral dos Trabalhadores, a UGT, que se somou a nós para a realização desse primeiro ciclo de debates, demonstração clara de que não há divergência entre empregados e empregadores quando está em jogo o interesse maior da Nação. Quero agradecer a participação de todos na primeira sessão do Conselho Superior de Estudos Políticos da Fecomercio. Ela é a certeza de que teremos sucesso. Muito obrigado.





Discurso do presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e do Sindicato dos Comerciários de São Paulo, Ricardo Patah

A UGT nasceu dia 21 de julho, formada por três antigas centrais sindicais, a CGT, a CDS e a CAT, e mais um grupo de sindicatos independentes. Ela nasceu com o propósito de lutar com uma bandeira que normalmente está um pouco distante da atividade sindical: a dos excluídos, dos que estão na informalidade, e de todos aqueles que estão à margem da cidadania. Nós desenhamos alguns projetos para esse ano e, em apenas 50 dias de existência, dois grandes projetos reputamos de grande dimensão, estão sendo colocados em prática. Um deles é uma atividade que faremos no fim de setembro com os sindicatos rurais, o primeiro seminário dos rurais, que a meu ver são os maiores excluídos, de forma efetiva, da cidadania. O outro, o ciclo de debates que estamos ora iniciando, relativo principalmente à questão da reforma política.

Por que coisas dessa importância, já no início da existência da UGT? Nós procuramos um parceiro com quem temos, historicamente, uma relação muito próxima, apesar de termos algumas divergências econômicas, que é o nosso companheiro Abram Szajman. Mas temos, realmente, uma proximidade por conta de vários conceitos, inclusive em relação à mudança que o Brasil deveria trilhar. Entendemos que a reforma é fundamental, porque enquanto ela não for feita, seremos obrigados a conviver com fatos desagradáveis, como o de apenas 130 mil pessoas deterem metade do PIB do nosso país. Isso faz com que a informalidade cada vez mais se intensifique. Cada vez mais o cidadão se distancia de necessidades fundamentais à sua sobrevivência, como a educação e a saúde. Nos idos de 1960 e 1970, as escolas públicas do ensino fundamental ofereciam formação de extraordinária qualidade para os trabalhadores ou os filhos dos trabalhadores. Hoje nós vemos, nas escolas públicas fundamentais, violência, tráfico de drogas, desrespeito aos professores, agressões como queimar até o cabelo das professoras e dos professores. São situações com as quais não podemos conviver. E por que essa reforma política tem importância e tem relevância? Primeiro pela legitimidade. É lógico que quem está lá dentro da Casa das Leis está pela Constituição, é legítimo, não há dúvida, mas a forma tem que ser discutida. Será que a maior parte das pessoas que lá estão não está lá por questões econômicas ou outras situações? Recentemente até traficantes de drogas e assassinos foram pegos na Câmara. Questões tão vitais quanto os recursos para a educação e a saúde, CPMF, fidelidade partidária, o custeio de campanhas com recursos públicos, que merecem discussões tão amplas no meio da sociedade lá não são debatidas com a intensidade que deveriam. Hoje a pauta da Câmara fica por conta de algumas medidas provisórias e trava-se uma luta para ver se a destrancam para que seja votada uma questão de importância vital, a tal da CPMF.

Mudar isso, sob o ponto de vista dos trabalhadores, significa abrir a possibilidade de inclusão social para milhões de pessoas. É lógico que já mudou muito do passado para hoje, até mesmo em relação à transparência, porque todo e qualquer tipo de situação é transmitida ao vivo para a população, a sociedade está participando. Mas achamos que devem ocorrer outras mudanças. Se a Constituição, que vai fazer um estudo da mudança, tem que ser própria ou não, é uma questão que tem que ser debatida. O papel do Senado, se um senador pode continuar custando 33 milhões de reais por ano. É lógico que a Constituição todos nós defendemos e defendemos as pessoas que estão lá dentro. Mas será que esse custo é adequado à nossa realidade? Um





senador da República custa 33 milhões de reais por ano. Mas não é muito dinheiro, 33 milhões de reais por senador? Será que o número de deputados, 513, não é muito elevado? Será que o número de senadores não é muito elevado? Na ditadura nós tínhamos dois senadores por Estado. Será que não é bom retornar a dois? Será que não é bom ter mandato de quatro anos ao invés de oito? Ou seja, todas essas questões a sociedade tem que debater e nada melhor do que trazer as pessoas que conhecem profundamente esse tema para abordá-los. Nós temos aqui duas pessoas que estão ocupando cargos na Câmara dos Deputados e temos pessoas como o Cláudio Lembo, que é um professor e foi governador do Estado, é uma pessoa que tem profundo conhecimento das questões relativas às nossas instituições, principalmente no que tange à questão política do nosso país.

É por isso que agradeço muito ao presidente Abram Szajman por aceitar realizar, no momento da constituição deste Conselho específico de debates políticos realizar um evento junto com a União Geral dos Trabalhadores. Isso é muito importante, pois coloca o capital e o trabalho discutindo e refletindo sobre um tema que com certeza poderá mudar o nosso país para que ele seja um país de cidadãos, um país de inclusão social e econômica efetiva, sem discriminação racial, sem discriminação aos portadores de deficiência, ou discriminação para qualquer tipo de situação. É um país com o qual, por enquanto, sonhamos. É uma utopia que, com certeza, mediante o debate, a discussão e a ação, haveremos de transformar em realidade. Então desejo a todos que aqui estão participando muita atenção, muita reflexão, ouvindo com bastante entusiasmo as pessoas que vão fazer as palestras e em seguida os debates que deverão ser acalorados pelo conhecimento tanto daqueles que vêm da área empresarial como daqueles que vêm da área do trabalho. Os resultados, que depois vão ser divulgados em livros a respeito do tema, poderão servir para a nossa Nação, para o nosso país. Então um bom seminário para todos.

EXPOSIÇÃO DE IDÉIAS E DEBATE

CLÁUDIO LEMBO – Agradeço ao Presidente Abram Szajman essa feliz e excepcional idéia de criar um Conselho Superior de Estudos Políticos. Abram Szajman tem conferido contínuos exemplos de prática cidadã e comportamento cívico. Este conselho confirma esta atuação do presidente da Fecomercio. Realmente o que falta é a análise da política de maneira acadêmico-científica para que as emoções sejam colocadas à parte e se pense no Brasil com racionalidade. Deputado Aldo Rebelo, que foi presidente da Câmara Federal e hoje deputado federal, homem que tem uma sensibilidade política muito conhecida e respeitada. Deputado Roberto Freire, hoje suplente de senador por Pernambuco, presidente do Diretório Nacional do PPS, que tem uma vida política intensa e conhecida por todos. Ricardo Patah, lutador que cria uma União Geral dos Trabalhadores. É excepcional que haja centrais sindicais no país para que se possa fazer as relações entre o capital e o trabalho de forma também racional e também dignificada pelo bom senso. Humberto Dantas e Rubens Figueiredo, cientistas políticos e professores que irão fazer a análise dos debates. Estamos bastante adiantados na hora e seria extremamente interessante que começássemos, desde logo, a exposição dos nossos dois convidados, os deputados Roberto Freire e Aldo Rebelo. Se me permitirem, por ordem alfabética, o Aldo Rebelo





faria a primeira exposição, depois vamos ouvir o Roberto Freire e aí vamos abrir ao debate dos senhores, para que as idéias sejam certamente qualificadas pelo conhecimento coletivo.

ALDO REBELO (DEPUTADO FEDERAL PCDOB-SP): A reforma das instituições no Brasil, principalmente das instituições políticas, tem sido tema recorrente ao longo da tentativa de consolidação e de construção do Estado Nacional no Brasil. Há pouco o professor Cláudio Lembo falava dos anais da primeira constituinte brasileira, da Constituição de 1823, e dizia da riqueza, da abrangência e principalmente do que havia ali de promessas sobre o que poderia ser o nosso país. Ainda no segundo reinado, o Brasil enfrentou durante um longo período a discussão sobre a reforma eleitoral, que resultou na implantação do voto pelo sistema dos círculos, que seria aproximadamente o que hoje nós poderíamos traduzir como uma espécie de voto distrital. Com esse modelo, com esse sistema eleitoral o Brasil encerrou o seu período monárquico. Logo depois do encerramento, o último chefe do gabinete do imperador D. Pedro II, Visconde de Ouro Preto, pronunciou a célebre frase segundo a qual a monarquia teria acabado porque os partidos se reduziam a uma ficção. Segundo Ouro Preto, não haveria partidos de fato, partidos verdadeiros, no Brasil. Rigorosamente, o Brasil conheceu ao longo da sua História, de forma preponderante, o sistema bipartidário. Nós temos os liberais e os conservadores, no Império, e isso sequer correspondia a uma diversidade de idéias existentes na sociedade brasileira. Tanto é que o Império, em que pese à interpretação de alguns de que foi um longo período de paz e de equilíbrio, na verdade o Império manteve a paz mediante a exigência de sufocar pela espada as rebeliões republicanas, que não deixaram de acontecer desde que o Brasil tornou-se independente. A de 1824, conhecida como Confederação do Equador, que se espalhou pelo Nordeste; nós tivemos a Revolta dos Liberais, aqui, em São Paulo e em Minas Gerais, nós tivemos a revolta conhecida como a Sabinada, na Bahia, liderada por um médico; paralelamente, a Revolta dos Farrapos, que durou dez anos, no Rio Grande do Sul, a Revolta da Balaiada, no Maranhão, a Cabanagem, no Pará, que se arrastou também durante muito tempo, e a Praieira, em Pernambuco, que também derramou muito sangue ali na capital do nosso companheiro Roberto Freire. Então, o Brasil, de fato não dispôs de estabilidade política plena durante o Império e tivemos uma guerra, a Guerra do Paraguai, de 1865 a 1870. Quando veio a República, com as instituições políticas absolutamente fragilizadas, com o imperador perdendo a sua base, com a abolição da escravatura, que retirou dos fazendeiros que ainda permaneciam ligados à manutenção do sistema escravagista o último apoio do imperador. E veio então a frase do Ouro Preto, em que o país, de fato, tinha se mantido com dois partidos, que não correspondiam porque não havia nenhum deles republicano. Os republicanos fizeram o seu movimento e a sua rebelião por fora dessas instituições, quase que totalmente, não totalmente, mas oficialmente e institucionalmente por fora desses partidos. Da mesma maneira foi feita a abolição, o sistema não abarcou e não interpretou a evolução da sociedade.

Nós vivemos depois da República um outro bipartidarismo, o acordo dos governadores, a presença forte de dois Estados, de São Paulo e de Minas Gerais, que já haviam sido os Estados importantes na própria luta pela independência. Na verdade D. Pedro I fez a independência com o apoio consolidado de Rio, São Paulo e Minas. O apoio do Nordeste e das províncias lá do Norte era uma absoluta incerteza, tanto que depois teve que resolver pelas armas com a guerra da independência da Bahia e a guerra da independência que se travou no Pará, no Maranhão e no Piauí. O Brasil poderia até ter sido dividido entre um Brasil do Norte e um





Brasil do Sul, se prevalecesse a vitória dos oficiais portugueses que resistiram à independência, resistiram pelas armas na Bahia, no Nordeste e no Pará. Pois bem, então nós tivemos depois da República essas duas grandes correntes, que a historiografia deixou denominada pela alcunha muito simples e poética de política do café com leite. Um partido republicano mineiro e um partido republicano paulista eram os dois grandes partidos. E como veio a ruptura? Quando um paulista ia ser sucedido por outro, Washington Luiz empossaria Júlio Prestes na presidência do país, Minas estimulou sorrateiramente a rebelião do Rio Grande do Sul e do Nordeste. Minas, o Nordeste e Rio Grande então depuseram dois presidentes de São Paulo, um que estava no exercício do mandato e o outro que seria empossado, Washington Luiz e Júlio Prestes, e o Brasil passou a conhecer um novo ciclo. Mesmo assim não fugiu do bipartidarismo. Nós vivemos, então, durante um período, até 1964, a preponderância do PSD e da UDN com o PTB, em alguns momentos, tomando a cena principal, mas dependendo, rigorosamente, do apoio político do PSD. Quando o apoio político do PSD faltou ao PTB, o presidente Getúlio caiu em 1954 e o presidente Jango caiu em 1964. Então rigorosamente eram dois partidos que davam sustentação política às instituições e aos presidentes da República -- a UDN e o PSD. O PTB era uma espécie de coadjuvante, que tinha o seu papel e tinha a sua força, mas quando o PSD faltou com o seu apoio aos dois presidentes o sistema não se manteve de pé. Nós vivemos então, depois de 1964, outro bipartidarismo, o da Arena e do MDB e boa parte, também, das lutas pela redemocratização, em determinadas circunstâncias não passava pela estrutura partidária -- havia um controle legal muito rigoroso e restrições importantes à ação política bipartidária. Se formos considerar com todo o rigor político, plena liberdade partidária nós tivemos num pequeno período, depois da redemocratização em 1945 e, agora, nos últimos 20 anos, depois do fim do ciclo de regimes militares no Brasil.

É isso que nós temos e isso é um prazo muito curto para depurar e aperfeiçoar as instituições políticas. Muitas vezes criamos a ilusão segundo a qual a instituição política corrigirá o funcionamento das demais instituições. Eu creio que esse raciocínio pode nos levar a uma frustração e a um fracasso. Creio que a evolução das instituições políticas no Brasil ocorreu e ocorrerá *pari passu* à evolução da sociedade como um todo. Você não pode cair na ilusão de que vai consertar a sombra de uma vara torta. Ou seja, se o país tem tantas deformações, tantos defeitos, tantos desequilíbrios, você vai corrigir uma dessas deformações, que é a da política, sem se preocupar com as demais ou corrigir a imagem de um objeto deformado projetada no espelho, você não se preocupa com o objeto, você se preocupa com a imagem. Então eu encerraria dizendo que não sou patriota por acaso. Sou patriota porque considero o Brasil um projeto civilizatório de grandes virtudes. Talvez o mundo não conheça uma promessa mais generosa de democracia no sentido pleno da palavra do que a que pode ser construída no Brasil. E nós não devemos fugir às nossas raízes, nós somos uma civilização latina, meio romana, nós somos ibéricos, nós não somos anglo-saxões. Nós não devemos olhar para a Europa, como diria o Gilberto Freire, com os olhos do lamento, ou olhar para as instituições americanas com o sentido de perda porque não somos iguais a eles. Não somos não fomos e nem seremos. Ao não sermos iguais a eles, nós somos em algumas coisas melhores do que eles e em algumas coisas nós temos deficiências que eles não têm. Nós somos isso e creio que se nós queremos de fato aperfeiçoar, reformar as nossas instituições, nós devemos partir da nossa História, da nossa formação social, do nosso projeto civilizatório singular que nós fomos construindo aqui nessa região dos trópicos. E creio que nós devemos fazer isso com otimismo, com muito trabalho,





com sentido crítico também das nossas deformações e dos nossos defeitos, de uma sociedade ainda muito desigual. Uma sociedade desigual não apenas socialmente, regionalmente. Uma sociedade que produz computadores e aviões aqui em São Paulo e convive com o massacre de garimpeiros lá em Rondônia, como ainda infelizmente acontece. Acho que o esforço e a responsabilidade nossa, do Congresso, das instituições como a Fecomercio, do movimento sindical como a UGT, é exatamente de fazermos esse esforço, buscar aperfeiçoar o Brasil como um todo e nesse esforço, de acordo com a atribuição de cada um, no nosso caso promover um esforço para reformar essas instituições no sentido de democratizá-las mais, tornar mais democrática a relação entre os partidos e os eleitores, a relação entre o Congresso, a Câmara, o Senado e os cidadãos. Reduzir o poder de certas corporações sobre a política, corporações econômicas, corporações privadas, corporações públicas. Acho que isso é o que pode nos empurrar e nos dar um alento para construir uma sociedade mais justa, uma sociedade mais equilibrada. Quanto mais justa e mais equilibrada essa sociedade, ela será também a sociedade institucionalmente e politicamente mais sadia.

CLÁUDIO LEMBO – Eu creio que o nosso deputado Aldo Rebelo começou efetivamente com o pé direito os trabalhos deste Conselho. Creio que, era necessário que alguém fizesse uma análise da História do Brasil, uma reflexão sobre o grande processo civilizatório brasileiro. Um dos defeitos certamente de nós brasileiros é não nos debruçarmos sobre o Brasil. Portanto, eu quero agradecer muito particularmente ao meu amigo Aldo Rebelo por ter visto e olhado o Brasil para que a gente possa pensar nas nossas qualidades e eventuais defeitos. Mas não quero perder tempo, quero ouvir agora, acima de tudo, o Roberto Freire, que certamente vai nos dar também uma visão importante da realidade política brasileira.

ROBERTO FREIRE (DEPUTADO FEDERAL DO PPS/PE): “Talvez olhando um pouco mais para frente, já que foi feito um sumário de como aqui chegamos, vou tentar interpretar o futuro, pois em relação a ele não se pode fazer sumário, apenas especulação. Saudando a mesa, agradecendo pelo convite à Fecomercio e à União Geral dos Trabalhadores, essa nova central sindical, quero dizer que foi adiada *sine die* qualquer possibilidade de reforma política no Brasil. Nós estamos aí às vésperas do prazo constitucional para que qualquer reforma possa ser aplicada no futuro processo eleitoral, na futura campanha de 2008. O prazo fatal é um ano antes e não creio que o Congresso Nacional tenha condições, dada certa inércia, uma paralisia, fruto da nossa realidade da irrelevância da política, de um processo de desagregação moral que as instituições, em particular agora o Senado e antes a Câmara, vêm enfrentando. Com a prevalência de certa subalternidade, com a prática legislativa ser quase unicamente de iniciativa do Executivo através das medidas provisórias, o Congresso Nacional com quase toda a certeza não irá promover nenhuma reforma. E é bom salientar, não é apenas por conta dessa realidade atual, é porque reforma fundamental ocorre em períodos de crise. Eu acho que o sumário que Aldo fez aqui do Brasil é interessante. Mesmo mantendo certa bipolaridade em todos esses momentos, os momentos de mudança eram momentos em que rupturas existiram. Seja elas rupturas mais profundas ou menos profundas, mas rupturas do Império para a República, dentro da República a Revolução de 30, o Estado Novo, a reconstitucionalização, regime militar, ausência de uma democracia mais aprofundada, até porque os partidos políticos brasileiros nunca conviveram com liberdade plena, foram raros os momentos em que se teve a expressão política mais livre. Um exemplo é o que nós aqui representamos como atores políticos, o partido





comunista foi construído no Brasil em 1922 e, até hoje, foram raros os momentos em que viveu na legalidade. Talvez o momento mais significativo tenha sido exatamente a partir do fim do regime militar de 1964, quando em 1985 foram legalizados e, até hoje, se mantêm. Talvez seja o mais longo período que o Brasil experimentou de liberdade plena do ponto de vista democrático, de livre expressão.

A discussão importante que se vê é que intensidade de crise provoca reforma. O que nós estamos assistindo é que a crise por que o Brasil passa não tem uma intensidade suficiente para produzir nenhuma reforma, até porque os principais atores não têm interesse na reforma. Precisamos ter coragem de dizer isso, a reforma não acontece por ausência de uma vontade divina que não se expressou através dos seus sacerdotes ou dos seus políticos. Não se expressou porque não há entre os atores sociais brasileiros definitivamente interesse em produzir reformas, até porque a irrelevância da política atende aos interesses das forças econômicas vitoriosas no mundo, no seu pensamento, no pensamento de um modelo econômico, de um processo de integração internacional e que a política quanto mais longe estiver disso melhor. Para que ter uma política que discuta taxas de juros? Se isso é uma questão tão importante hoje no mundo, deve ser resolvida apenas pelos agentes de mercado. Por que a política meter o bedelho? Ah, podemos ter pateticamente um presidente ou um vice-presidente falando da taxa de juros durante todo o seu mandato e durante todo o seu mandato o Banco Central e a equipe econômica determinam, e acabou. O Congresso discutir política econômica? Não. Vá discutir talvez aquilo que interesse uma agenda. Aí vamos falar um pouco de mídia, que foi responsável inclusive por todos nós, a mídia agenda aquilo que deve ser discutido. Discutir economia? Se alguém propuser alguma alternativa, evidentemente este deve ser alguém fora do espectro político dominante, que está metendo o seu bedelho aonde não foi chamado, e aí podemos discutir uma reforma política que na prática não interessa a nenhuma das forças que estão hoje predominando do ponto de vista das instituições. Fala-se muito que é o Congresso que não faz a reforma, inclusive surgem algumas propostas de convocação de uma constituinte exclusiva, porque esse Congresso não vai fazer uma reforma que possa ferir os seus interesses. Então, é como se houvesse uma força política que iria surgir por cima das atuais forças políticas representadas no Congresso, que iria ter o condão de fazer uma reforma que atendesse a esse pensamento difuso da sociedade. Que pensamento? Que consenso existe em relação às nossas instituições? Há apenas um desagrado geral, certo desconforto, em alguns momentos, constrangimento. No exemplo Renan Calheiros, constrangimento. Mas constrangimento que teve também no mensalão lá no Congresso e que não provocou, em nenhum momento, nenhuma reforma, não conseguiu nem se reformar aquilo que poderia ter sido feito, a mudança das forças dominantes nas instituições. Não. Reelegeram-se todos. Não os parlamentares, não são os mensaleiros, alguns reeleitos, é o presidente da República e a base política que o sustentava na época do mensalão que continua sustentando agora, na época do Renan Calheiros.

O problema não está num Congresso que não tem representatividade. É que a sociedade brasileira e suas forças dominantes não querem outra representatividade que não essa. Se a crise tivesse intensidade suficiente para haver desconforto na condução da política brasileira, a reforma teria sido feita, tal como foi feita em todos esses momentos que aqui, de forma bem sintética, nos foram apresentados por Aldo Rebelo. Quando o café com leite não deu, a partir do *crack* de 1929, que se refletiu no Brasil, esta dominação café com leite provocou a Revolução





de 30 e provocou mudanças institucionais na política, na grande reforma política, que inclusive possibilitou o sistema eleitoral que nós temos hoje, o sistema proporcional que foi implantado na época. Em 1932, quando aqui impediam uma tentativa de mudar ou refazer um outro pacto federativo que não o surgido em 30, com a Revolução Constitucionalista de 32, de São Paulo. Qual é a crise que vai provocar a reforma política? A crise econômica? A bolha imobiliária norte-americana, essa platitude de Lula dizer “não nos coloque nas nossas costas”, pode vir na nossa cara. Podemos não ter nada com ela, mas somos parte desse mundo, até porque entramos nessa ciranda financeira internacional e somos um grande cassino desse sistema internacional. Não estamos fora, só não sabemos dizer como vem e qual a força, qual o impacto. A economia real norte-americana vai sofrer, é evidente. Isso vai refletir também nas economias reais dos outros países ou vai ficar apenas no aspecto monetário, no aspecto financeiro? Vai ter repercussões. No momento em que tiver as forças políticas, que hoje estão mais ou menos integradas nesse sistema, vão ter que discutir novos pactos, novos acordos e aí, talvez, a crise venha numa intensidade tal que a reforma se faça.

É incrível, vamos discutir reforma e todos querem, mas eu perguntaria aqui, onde tem dirigentes sindicais, dirigentes dos sindicatos também dos empresários, qual o consenso sobre a reforma política? Aqui não existe. Como ele iria se resolver se tivéssemos do ponto de vista democrático, de fazer daqui um órgão que cuidasse de elaborar e de aprovar as reformas, majoritariamente? Na sociedade, onde isso está? Na nossa representação? Esse aqui foi presidente da Casa, ter consenso em questões que não envolvam diretamente ali os seus representantes não é fácil, imaginam aquilo que significa diretamente a reprodução, inclusive, dos seus mandatos. É preciso ter na sociedade a crise com tal intensidade que eles, representantes dessa sociedade, reflitam essa crise de representação também na sociedade para poder mudar na institucionalidade. Fala-se de reforma. Mas que força política brasileira quis efetivamente a reforma, qual? Por pior que estejamos representados nos partidos políticos, eles são instrumentos de representação de vontade da sociedade, por pior que eles sejam. Eles, numa eleição, representaram interesses de algo que mobilizou a sociedade brasileira. E qual foi a opção, a da reforma ou a da continuidade? Fala-se da reforma quando a crise tem certa exteriorização, aí vem a reforma. Mas se não tivéssemos nenhuma dessas erupções, a reforma calaria, porque a dominação está se dando e se dando de forma muito tranqüila, até num clima de euforia, como se o Brasil vivesse no melhor dos mundos, como se nunca na História deste país (esse o bordão do nosso presidente) tivesse ocorrido momento igual. Alguém imagina que a satisfação dos nossos setores dominantes do ponto de vista econômico vai provocar alguma reforma? Para que? Para colocar em risco a sua tranqüila implementação de um modelo econômico que lhe beneficia? Que conseguiu fazer no Brasil algo interessantíssimo, que evidentemente os organismos internacionais são embevecidos com o que ocorreu no Brasil: nunca os setores conservadores imaginaram um modelo que funcionasse tão bem, rico rindo à toa. Rico talvez melhor simbolizado pela banca financeira nacional e internacional, ao mesmo tempo calando com ganhos efetivos os de menor renda, conseguindo isso a partir de 1994, com o fim da nossa triste cultura inflacionária. A partir de 1994, com o avanço do controle inflacionário e, a partir do governo Lula, com efetivos aumentos de salário mínimo real, trazendo um clima de melhora para esses, atendendo como nunca foram atendidos esses setores também de ponta na banca financeira internacional, isso cria um modelo de nenhuma mudança, de nenhuma transformação e, pior, grave para o futuro, até porque, me permitam dizer, o Brasil incentiva o





não trabalho. O grande programa social do governo é um programa que se baseia exatamente no não trabalho, até porque quem trabalha o perde que é a Bolsa Família. Esse é um grande incentivo, não é algo emergencial, é quase que como um programa permanente. Para que? Para manter essa realidade eufórica de vivermos um grande momento. Alguém imagina fazer alguma reforma? Por favor, é evidente que a reforma não será feita enquanto esse sistema não tiver a crise devida para demonstrar exatamente aquilo que não representa qualquer perspectiva de futuro. E aí pouco importa que os partidos demonstrem sua agregação, não interessa que os partidos não sejam programáticos. Ao contrário, o interesse é que eles não sejam. Por exemplo, isso aconteceu com todos nós, nós chegamos a um ponto de pensar que era permitido o troca-troca partidário, com o maior cinismo e escárnio para a cidadania que votou e para os partidos que imaginavam que tinham elegido os deputados. Foram raros os que ficaram imunes a isso. Um deles era o pequeno Partido Comunista do Brasil, que ficou imune ao troca-troca partidário – e, assim mesmo, um ou outro também se desvencilhou, como se não tivesse nenhum compromisso. Isso era regra. Sabem por quê? Porque para quase todos os partidos eram perdas e ganhos, sem saber qual na balança iria pender, perdiam alguns, ganhavam outros, essa era a regra. Uma regra que tinha certa distorção, quem perdia sempre mais era a oposição, o governo era quem ganhava qualquer que fosse o governo. Nesse momento em que nós estamos vivendo isso chegou a um ponto tal que a compra era de alguns partidos até no atacado. Já não era nem no varejo, embora a compra no varejo também continuasse. O mensalão não foi outra coisa senão isso. Começou quando, no apartamento do presidente do Partido Liberal, para a candidatura a presidente com um vice-presidente deste partido acertaram, por dez milhões de reais, a formação da chapa. A partir daí tivemos tudo o que era a manutenção do que é isso. Reforma para que? Para mudar essas regras, mudar a tranquilidade com que a equipe econômica faz o que bem entende? Aliás, o que bem lhe é determinado, não pelas forças políticas, não pela sociedade organizada, que reclama como aqui reclamou o setor do comércio das altas taxas de juros, mas é uma reclamação que parece que faz parte do *script*. Na realidade, não é dizendo que não tenham interesse, mas é que a sociedade permite que isso continue. E vai fazer reforma para mudar isso? Como? As reformas acontecem em momentos de crise para representarem a outra forma das instituições funcionarem na mudança que a crise provocou. Nós ainda não tivemos isso e, por isso, assistimos àquele espetáculo de começar uma reforma que parecia que iria ser uma mudança efetiva, uma ruptura com o que tínhamos, porque era a idéia do financiamento público de campanha e financiamento apenas público, algo bem radical. A idéia fundamental era essa: mantido o sistema proporcional, partir para um sistema que é adotado em grande parte dos países que adotam o sistema proporcional, o da lista fechada ou lista preordenada, uma lista definida pelos partidos, fortalecendo os partidos e determinando efetivamente que os mandatos são partidários e não mandatos daqueles que os exercem. Inclusive nesse sistema de relevância política que nós estamos tendo esses mandatos, cada vez mais, se transformam em instrumentos de negócio de quem os detém negócios legítimos, mas também podem ocorrer os negócios ilícitos. Mas negócios, até porque o troca-troca ajuda quando um determinado partido não é participante do negócio, está na oposição - - então vamos para o governo ou se alguém imaginar que não o melhor partido porque não tem melhor representação, porque não tem o ministério mais importante e com recursos orçamentários, o mais significativo ou o que tenha o maior número. Essas trocas passam a ser corriqueiras na política. Vai se mudar isso para que? Isso no sistema presidencialista, regra geral, já incentiva e no nosso exacerba, totalmente, porque tem muito a ver com o sistema





presidencial. O Cláudio Lembo estava dizendo que alguém, um cientista, tinha dito que o Brasil é uma coisa meio *sui generis*: aqui não é a maioria que faz governo, aqui é o governo que faz a maioria. Ele pode até vir minoritário na representação no Congresso, mas imediatamente usará um nome aqui, governabilidade. Essa governabilidade dá lugar a que se faça tudo. Eu me lembro que a gente entrou com uma candidatura que até tinha chance, num determinado momento, de disputar a eleição, eu acompanhava essa candidatura e a pergunta que se fazia sempre era: como é que você vai governar se está vindo como candidato por um partido que não tem nenhuma chance de ter uma grande representação no Congresso Nacional; como é que você vai governar? Como terá governabilidade? Quase como um incentivo a dizer: corrompa, compra, faça cooptação. Aí tudo é permitido. Tudo é tão permitido que a única reforma que resultou de todo aquele projeto de ser financiamento público, listas preordenadas ou listas fechadas, sistemas de mudança de problema de coligação, toda uma parafernália, a única reforma que foi aprovada foi o escândalo dos escândalos, a desfaçatez completa: lei de fidelidade partidária. Venderam isso para a sociedade, a fidelidade por três anos e 11 meses, tinha um mês em que valia tudo. Por três anos e 11 meses você tem que ser de um partido, não pode sair. Agora, tem um mês em que você pode fazer o que bem entender. Foi isso que saiu essa aberração, como lei de fidelidade partidária, ou seja, ninguém, seriamente, quer fazer reforma. Para que? É bom que continue um PMDB, que já não tem mais nada a ver com o velho de guerra, de história digna da resistência democrática, que é uma história importante e seria bom fazer uma ruptura para que ela permanecesse ainda sem ser contaminada por essa nova realidade do PMDB, que serve para todo e qualquer governo. Pode servir com uma ampla maioria, com uma pequena minoria, uma grande dissidência, mas serve de qualquer maneira e Lula conseguiu com isso, talvez, fazer não o mensalão, mas um grande acórdão, porque tinha feito no primeiro mandato uma escolha de pegar pequenos partidos, não quis fazer com grandes, aí pegou os pequenos, que começou a inchar, para transformar esses em sua base de sustentação, e deu no que deu -- Roberto Jefferson que, de mafioso, quase é transformado em herói nacional ao revelar a quadrilha que está denunciada no Supremo Tribunal Federal. Agora, qual é a crise dessa representação que garante um processo econômico de euforia, nunca um momento tão importante visto na História deste país?

Então, esse é o quadro. Até acho que, Aldo, nessa sua trajetória pela história do Brasil, pudéssemos discutir questões interessantes. Talvez, se tivéssemos que imaginar similitudes históricas, seríamos muito mais Estados Unidos do que Europa. A nossa História é muito mais essa, somos o novo mundo, não somos o velho, mesmo que a elite brasileira sempre se mirasse muito na Europa. Basta ver o que os nossos partidos pretendem ser -- sempre com a idéia do que são partidos europeus, toda uma formulação a partir dos partidos comunistas, do partido social democrata, toda uma idéia muito mais européia, por conta das nossas elites. Mas a nossa realidade social se aproxima muito mais de uma economia norte-americana, até pela nossa miscigenação. Nada de conservadorismo, muito ao contrário -- certo dinamismo, até algo muito mais interessante e que cria características bem nossas, distintas da sociedade norte-americana, não apartada, não com uma elite branca, usando essa terminologia que eu não aceito, estou apenas usando aqui, mas eu discutiria isso, também. Mas, de qualquer forma, sem nenhum anglo-saxão protestante, como nos Estados Unidos -- nós não tivemos isso, embora com alguns *apartheids*. Mas a síntese que ele fez é interessante para mostrar que não é correta a idéia de que o Brasil é um país onde não existem contradições, onde





quase não houve movimentos violentos; ao contrário. Eu sou de um Estado que hoje vem sofrendo um processo de esvaziamento claro, mas que mantém uma grande tradição, contada mais pela tradição oral do que pela História oficial, de tentar ser sempre libertário, com idéias muito adequadas ao tempo. Pernambuco fez isso. Ele, o Aldo, lembrou aqui duas grandes revoluções pernambucanas, Uma delas deu o pequeno Estado de Alagoas, que hoje, apesar de sofrer por alguns dos seus representantes, também tem dignos representantes que ajudam a que este país possa pensar como estamos pensando. Uma dessas revoluções fez com que surgisse a província de Alagoas, seccionada de Pernambuco exatamente como uma punição aos revolucionários, que não eram pernambucanos apenas, eram revolucionários brasileiros e pensaram um Brasil diferente.

Quando estava se discutindo a reforma participei de alguns debates, fui lá dizer que nós defendíamos a lista preordenada, a lista fechada, a reforma do sistema de financiamento. Nós tínhamos uma posição sobre as várias propostas de reforma política, sempre ressaltando que a idéia da reforma política no Brasil tinha como base pressuposta a teoria da funcionalidade. A nossa *elite* política, a maioria política... Eu estou falando muito "elite", acho que é por causa de Lula. Mas as lideranças dos maiores partidos no Congresso sempre discutiram a reforma política numa visão funcional, que era a visão de como construir instituições que garantissem maior estabilidade do ponto de vista da condução do governo, maior estabilidade, inclusive, para evitar sobressaltos. Essa é uma idéia internacional. O problema da globalização, dessa dominação econômica, não é apenas do ponto de vista econômico, é também ideológico. Há uma idéia no mundo de que é bom duas forças e que talvez, simbolicamente, possam ser representadas por democratas e republicanos. Ganha um ou ganha outro há mudanças, mas são muito pequenas, são de detalhes, algumas vezes. Então nada melhor para a estabilidade do que esse tipo de disputa. Ninguém achou tão bom quando o PT chegou ao governo e se assemelhou tanto ao PSDB, com mudanças de detalhes. Ninguém achou tão bom. Por quê? Porque ali dava a estabilidade devida, não ia haver nenhuma grande mudança. Alguns, talvez, se acalmaram, e acalmaram tanto que elegeram Lula com a Carta aos Brasileiros, que já dava a tranquilidade de que não haveria mudança fundamental. A idéia de buscar essa funcionalidade preside todo o princípio da reforma política. É a idéia de buscar a bipolaridade e, para isso, o sistema distrital -- se for puro, melhor ainda, porque ele condiciona a existência de dois grandes partidos. Mesmo no misto a tendência é de que dois partidos sejam partidos hegemônicos, alguns pequenos, um ou dois, normalmente um sendo pendular. Na Inglaterra, conservador e trabalhista, nos Estados Unidos, republicano e democrático -- são sistemas distritais puros. Na Alemanha o social democrata, o democrata cristão e, durante certo tempo, os liberais; depois chegaram os verdes, e agora, chegaram os ex-comunistas com a esquerda socialista, o partido de esquerda. Mas pendular, até porque na Alemanha chegou-se ao supra-sumo de fazer um governo de coalizão, democrata cristão e social democrata. Por quê? Já não tinham tanta diferença, por que não fazer um governo de coalizão? Esse é o melhor dos mundos, o do pensamento único, da não existência de alternativa. Eu estava discutindo, ontem, a questão da mídia, que é um desatino dizer que a mídia está contra o Lula. Nós nunca, e o Lula particularmente, poderíamos estar reclamando da mídia, porque a mídia o trouxe à presidência da República. No que a mídia prejudicou o PT? Ao contrário. Vamos acabar com isso. Eu sou de um tempo, talvez pela idade, em que a mídia tinha, efetivamente, uma posição contrária a nós, os comunistas, antes de 1964, a Miguel Arraes, no governo de Pernambuco, aí tinha.





Porque também existia, no mundo, um processo claro de divisão de organizações sociais, o mundo socialista e o mundo capitalista, em que a alternativa real existia, aí a mídia fazia a sua escolha, claramente. Qual é o problema da mídia fazer escolha? Entre Lula e quem? O que Lula está criando de problema para o sistema dominante, do ponto de vista da economia? Qual é o projeto alternativo que existe? Infelizmente, hoje a esquerda -- não só no Brasil, mas no mundo -- não tem esse projeto alternativo e está em busca disso, até porque o mundo mudou tanto e mudou a partir da derrota do que era a experiência do socialismo real. Essa discussão ainda está em curso e o mundo ainda está vivendo a ressaca da grande vitória que foi, em 1989, a vitória da economia de mercado. Isso ainda está em vigor e, portanto, não há nenhuma grande crise para justificar uma reforma. Embora, não tenham dúvida, na primeira crise, mesmo que não seja de grande intensidade, a reforma volta com todo o peso e ela, como sempre, para responder a novas realidades que uma crise demonstra do novo ainda não tendo superado o velho, ela vai se impor e eu espero que ela se imponha não com uma visão funcionalista, mas com uma visão democrática do pluralismo, do espectro mais amplo e da representação das minorias. Muito obrigado.

CLÁUDIO LEMBO - Os senhores viram dois estilos bem claros, a planície tranqüila da História e o vulcão do futuro. Eu acho que nós tivemos duas visões bem claras de pensamento político. Ainda voltando ao Aldo e ao próprio Roberto Freire, essas experiências que foram propostas no Congresso Nacional há questão de dois ou três meses e arquivadas já aconteceram no Império -- a lista fechada foi um fracasso, acabaram com as minorias, no Parlamento. Os nobres da época, os aristocratas da época, tinham uma grande preocupação porque não tinha minoria no Parlamento brasileiro, tanto que deixaram alguns lugares para ela nas listas fechadas.

ROBERTO FREIRE – O problema não é o da lista, é o do sistema. A lista fechada, no círculo, evidentemente acaba com a minoria, vão ficar alguns intelectuais.

CLÁUDIO LEMBO – Não havia minoria, não havia oposição.

ROBERTO FREIRE – Mas, no sistema proporcional, não acaba a minoria. Na Espanha, por exemplo, tem minorias e tem dois grandes partidos.

CLÁUDIO LEMBO – Eu não quero entrar no debate, não é minha função. Mas, na Espanha, estão pensando muito em acabar com a lista, porque as oligarquias partidárias tomam conta, a lei de bronze é problemática.

RUBENS FIGUEIREDO (Cientista Político, Sociólogo) – Confesso que estou menos animado do que estava quando entrei nessa sala. É uma visão muito realista da política, o deputado Aldo dizendo que as grandes rupturas no Brasil foram por fora das instituições, a gente não espera isso, a questão do bipartidarismo, que não se faz nada de uma hora para outra, que é preciso respeitar a tradição. Eu gostei muito de uma frase que ele falou: não se conserta a sombra de uma vara torta. Não se conserta as outras instituições consertando a política. E o presidente Freire falou que a sociedade e as forças dominantes não querem outra representatividade que não essa. Eu queria, para provocar, dizer que a sociedade quer pelo menos uma representação parlamentar diferente. Se a sociedade elege 40% de oposicionistas e depois de um mês ela tem





28% de opositoristas, houve uma deturpação da vontade da sociedade. Então a vara pode estar torta, mas a sombra também está errada, porque não foi aquilo que a sociedade quis. O presidente Freire faz uma interpretação interessante, dizendo que não há crise nem interesses contrariados para se produzir uma reforma. Essa questão é muito complicada, na medida em que a gente, recuando um pouco no tempo, percebe que a crise do mensalão foi uma crise de enormes proporções, talvez a crise mais grave da nossa História republicana, onde estiveram envolvidas pessoas próximas ao presidente da República e caíram o José Dirceu, o Palocci, o núcleo do partido do presidente. Essa crise produziu o que? Produziu uma reforma eleitoral que proibiu *showmício*, brinde em campanha eleitoral e *outdoors* na eleição seguinte. Então foi isso que essa crise enorme provocou. Só para finalizar, acho que a reforma política tem muito a ver com o futuro do país, porque o país precisa de outras reformas. O Brasil não pode continuar aumentando impostos, aumentando o gasto estatal, distribuindo Bolsa Família, porque isso não vai ter fim. Qual é o final disso? Aumenta imposto, distribui Bolsa Família, o PT se elege, mas é uma equação que uma hora não vai dar certo. São esses os meus comentários.

HUMBERTO DANTAS (Cientista Político, Pesquisador) – Eu gostaria de cumprimentar as instituições organizadoras do evento pela importância do debate que está colocado em pauta. Quando eu li os temas do nosso debate hoje, eu fiquei um tanto quanto entusiasmado com a possibilidade de ouvir, como nós temos ouvido na sociedade, o posicionamento de importantes lideranças políticas acerca de temas que têm sido colocados, como disse o presidente do PPS, Roberto Freire, como a tábua de salvação para a nossa crise. Toda vez que a crise parece ser uma crise, surge a reforma política como panacéia que a tudo resolverá. Acredito que a crise não seja institucional. Na verdade, nunca na História deste país – se observamos com cuidado -- tivemos uma eleição com a mesma regra da eleição anterior: alguma coisa sempre mudou em todos os processos eleitorais, no Brasil. Mesmo com a lei criada em 1997, com o objetivo de dar estabilidade jurídica às eleições futuras, de 1998 em diante, sempre houve alguma mudança, inclusive mudanças há menos de um ano das eleições, sob a égide da interpretação, quando se dizia que não era uma mudança, apenas uma interpretação legal. Mas essas interpretações geraram questões como, por exemplo, a verticalização, que já foi derrubada para 2010, inclusive com uma emenda constitucional, uma reação significativamente enorme do Legislativo em relação a uma questão que parecia desagradá-lo. Foi imposta em 2002, foi discutida tardiamente para que fosse retirada da pauta em 2006 e, então, foi retirada, com uma emenda constitucional, para 2010. A diminuição do número de vereadores, a Lei 11.300 que foi aprovada no ano passado, há menos de um ano da eleição, e aí algumas coisas sob a égide da interpretação puderam ser colocadas e outras ficaram para 2010. Ou seja, o que eu tenho discutido a respeito de reforma política -- e acho que é interessante trazer à discussão -- é que a crise talvez não seja institucional, a crise talvez seja ética, talvez seja moral, em relação às questões políticas no Brasil. Diante dos temas colocados para o debate, acho que as pessoas aqui presentes acabaram percebendo que, realmente, não temos a possibilidade de discutir essas questões sem, antes, como brilhantemente mostraram os palestrantes desta manhã, discutirmos outras questões que parecem transcender a pontualidade da adoção de cada uma dessas medidas. Então as questões históricas, assim como as questões de análises conjunturais acerca das questões colocadas em termos nacionais, parecem transcender a pontualidade dessas questões. Eu gostaria de deixar essa contribuição, o que me deixa muito contente. Dizem que o otimista é o pessimista mal informado -- essa frase tem circulado por





aí, nas últimas semanas. O meu otimismo não diz respeito à questão da reforma política, ele diz respeito, sim, a nós discutirmos o que antecede esta reforma, porque acredito que, a despeito do que tem acontecido pontualmente em cada um desses temas, o Brasil precisa de uma discussão acerca da capacidade da sociedade compreender o sistema que aí está. A estabilidade jurídica, em minha opinião, seria algo significativamente interessante, seria uma contribuição muito grande. Eleições disputadas sob as mesmas regras, pelo menos em cinco processos eleitorais. Cinco é chute, poderia ser quatro, dez, doze. Mas acho que a gente estaria diante de um desafio bastante significativo.

CLÁUDIO LEMBO – Faria Lima, você tinha feito um aparte e eu casei a sua palavra para pôr um pouquinho de disciplina na mesa, já que é a primeira sessão que nós estamos realizando. Você quer fazer algum questionamento? E lhe peço desculpa.

JOSÉ ROBERTO FARIA LIMA (Ex-deputado federal, bancada paulista)- Gostaria de saber até onde a visão de futuro do Roberto Freire iria, se até 2010, ou um pouco além. Ele já respondeu, ele fica na expectativa de um parlamentarismo que pode vir ou não vir, que já está encruado dentro da Constituição.

ROBERTO FREIRE – Eu diria a você que estou com medo de que no Brasil parlamentarismo vire a nossa utopia. É difícil. Nós, por duas vezes, perdemos essa oportunidade. Numa primeira por um equívoco nosso, de achar que era uma tentativa de evitar o golpe, uma articulação congressual do Tancredo Neves ou liderada por ele, a do ato adicional do parlamentarismo, na época do João Goulart, na crise da legalidade, em 1961. Nós, inclusive, votamos contra o parlamentarismo para devolver os poderes a João Goulart, que iriam ser usurpados. Ali, por uma conjuntura, esquecemos uma luta inclusive histórica do próprio partido, no caso o PCB, favorável ao parlamentarismo. E a outra por uma circunstância que me permito aqui dizer a todos porque é um pouco da História, nós antecipamos o parlamentarismo que tinha sido definido na Assembléia Nacional Constituinte por uma circunstância -- o autor da emenda, inclusive, é o atual governador José Serra. A Constituição previa nas suas disposições transitórias, que depois de cinco anos seria realizado um plebiscito, uma anistia à Monarquia brasileira, um plebiscito para saber se seríamos Monarquia ou República, presidencialismo ou parlamentarismo. E o que é que ocorreu? A crise do Fernando Collor. Veio a CPI dos anões do orçamento, a entrevista do irmão de Collor que resultou no *impeachment* do presidente da República. Durante todo aquele processo, o que é que se começou a perceber? Que talvez o *impeachment* não funcionasse, não haveria *impeachment*, o presidente da República é tão forte -- e aí se ressalte que a interferência que os governos atuais fazem no Legislativo o Collor não fez, não sei se por muita autoconfiança, não sei por que cargas d'água. Mas eu sei que começamos a analisar que talvez o *impeachment* não fosse aprovado e aí poderia gerar uma crise de um presidente tremendamente fragilizado, mas ainda presidente, e um Congresso com quase a maioria decretando o *impeachment* sem ter conseguido. Como estava na ordem do dia um plebiscito sobre parlamentarismo em cinco anos, decidimos antecipar, porque, aprovado o parlamentarismo, que imaginávamos que pudesse ser aprovado em função, inclusive, da crise, a solução estaria posta e não seria nenhum ato adicional, seria um plebiscito da sociedade garantindo o parlamentarismo. Antecipamos e aí aconteceu o que acontece no Brasil: o *impeachment* funcionou e isso passou a ser inclusive propaganda dos presidencialistas. Aí





vem o caso impressionante, porque tanto Brizola quanto Lula imaginavam que iriam ser o futuro sucessor, jogaram fora a idéia da sociedade brasileira e passaram a privilegiar os interesses de ambos serem presidentes da República. Embora o PDT, até por certo caudilhismo, tem que se ressaltar, sempre teve uma tradição presidencialista, No caso do PT, não.

O PT estava em uma esquerda moderna que alguns até imaginavam muito ortodoxa. Nós estávamos os dois partidos comunistas, lutando pelo parlamentarismo. Infelizmente, o PT votou, já na constituinte, pelo presidencialismo, com todos os riscos de a gente ter uma discussão, que foi turvada por distribuição maciça de emissoras de televisão e de rádio por alguns políticos, para garantir os cinco anos de Sarney e o presidencialismo.

MANUEL HENRIQUE FARIAS RAMOS (vice-presidente da FECOMERCIO) – Quando discutimos a necessidade de um Conselho político aqui na Casa, eu não esperava que tivesse essa dimensão. Mas o Abram sabe fazer as coisas, a escolha do Dr. Lembo, dos deputados, dos cientistas, realmente teve uma dimensão que eu não esperava. Eu quero ir ao cerne da questão. Primeiro, para fazermos uma análise, precisaríamos de uma perspectiva histórica, perfeito. E depois precisamos, necessariamente, da crítica, da crítica ao sistema. Um conceito me passou pela cabeça agora, macroeconômico, global, esse para mim é o sistema e é dentro desse sistema que as reformas vão se dar. Elas vão estar condicionadas ao sistema macro global. Agora, eu gostaria de escapar daquela dualidade infra-estrutura econômica e superestrutura política e que essa estaria subordinada àquela. Eu acho que a coisa tem que ser vista talvez como o criador disso, dialeticamente. Eu creio que seria por aí. Pois bem, para a gente fazer essas reformas de conserto agora, nessa transição até essa crise fatal, me parece que há uma coisa que ainda não foi levantada aqui, que é discutir o papel do Estado. Em última instância, a decisão política é tomada dentro do aparelho de Estado e, pela maneira como ele se compuser, serão tomadas as decisões, obviamente interagindo com a base econômica. Então eu colocaria como sugestão que a gente aprofundasse a discussão do papel do Estado nos próximos encontros, ou mesmo nesse instante.

ROBERTO FREIRE – Gostaria de dizer que não sou determinista, dentro da visão marxista da infra-estrutura condicionar a superestrutura. Acho que, por exemplo, a crise do mensalão, do ponto de vista ético e moral, esteve muito próxima de uma crise política, muito próxima. Há um dado interessantíssimo. Eu estou dizendo que Renan foi absolvido não porque houve o voto secreto, até porque eu votei secretamente e o Senado já cassou um senador com voto secreto, o Luís Estevão. Então não é o problema do voto secreto. Renan foi absolvido porque Lula assim determinou. E por quê? É um dado interessante. O mensalão chegou a ser quase uma crise política num momento de fragilidade do governo, em que o Lula teve que se justificar e deu patética declaração na Europa, na França. Naquele momento a crise chegou a um ponto em que Zé Dirceu foi cassado, a Câmara dos Deputados cassou Zé Dirceu, cassou Roberto Jefferson e Pedro Correia, pelo conjunto da obra, não só pelo mensalão. Mas foram os únicos, porque logo depois aconteceu um fato que mudou completamente o caminhar desse processo: veio o pedido de cassação de Roberto Brandt, que era do PFL. No plenário, PFL e PSDB, partido em que ele tinha colaborado como ministro, no governo Fernando Henrique Cardoso, formou-se, no plenário, a absolvição de Roberto Brandt. Com alguns da base do governo que estavam votando contra tudo, alguns que tinham alguns de seus membros envolvidos no mensalão, PP





e PTB, esses partidos absolveram Roberto Brandt. Abriu-se o caminho para que o governo se rearticulasse e garantisse o mandato dos seus. A partir dali não se cassou mais ninguém, a crise amorteceu porque a economia estava em processo de ascensão. Eu digo isso até porque nós participamos junto ao governo até o momento em que a crítica à política econômica do governo Lula nos levou à ruptura com o governo e saímos do governo, entregamos ministérios e cargos pela política econômica. Não era por crítica, como alguns querem ver, como se a única crítica ao governo Lula fosse de um udenismo tardio, por problemas éticos. Não. Nós nos afastamos do governo, não tinha crise ética nenhuma, tinha apenas o episódio Waldomiro Diniz, a crítica nossa era à economia, como continua sendo a crítica fundamental, até porque ela impede toda e qualquer discussão, inclusive sobre o processo de corrupção. É interessante o que você colocou que eu não tinha utilizado essa expressão macroeconomia global, e as reformas estão condicionadas a essa macroeconomia global. Como para esses setores dominantes não interessa a mudança, ela não se faz, por mais que alguns setores da sociedade se mobilizem a favor dela. A crise precisa chegar a um momento em que ela se transforme em necessidade do novo surgir. E qual é o drama que a gente vive? Tem um texto de um companheiro nosso antigo militante do partido, um pensador, Werneck Viana, em que ele coloca uma coisa muito interessante. Ele traz ao debate que o governo Lula conseguiu fazer no processo democrático (isso é um crédito que se deve lhe dar) o que Vargas conseguiu no regime ditatorial do Estado Novo. Ele até chama de Estado Novo do PT. É que o governo de Lula, no regime democrático, conseguiu fazer no Brasil a integração no seu governo das contradições, inclusive entre setores econômicos, que existem na sociedade, e trouxe para o seio do governo. Ele traz alguns exemplos que são interessantes, inclusive para as lideranças sindicais desses setores econômicos. Vocês têm no governo representantes do empresariado no Ministério do Desenvolvimento e representantes dos trabalhadores, inclusive um ex-presidente da CUT, hoje entregue, pela composição, ao PDT, mas estava com uma representação da CUT, que alguns até falam que hoje amorteceu completamente toda e qualquer crítica ao regime, não apenas porque está tendo ganhos reais nos dissídios coletivos, é mais pela correia de transmissão que permitiram ser, do governo. Pois bem, eles mantêm isso dentro do governo, mantêm dentro do governo representantes do agronegócio no Ministério da Agricultura e, ao mesmo tempo, um representante do MST na da Reforma Agrária. As contradições estão dentro do governo, sendo arbitradas no governo, em vários setores. O governo se mantém permanentemente em tensão, por exemplo, entre o livre pensar da pesquisa científica e o fundamentalismo religioso que quer impedir qualquer processo de investigação. Inclusive patrocina, ou permite que se faça como fazem alguns movimentos pensando equivocadamente que são de esquerda e, na verdade, são apenas obscurantistas, invasão e destruição de laboratórios de pesquisa, como faz a Via Campesina. Isso está vivendo e convivendo dentro do governo. Aí me permitam os empresários dizer que, como empresário no Brasil tem muita dificuldade de se afastar do governo, mesmo que não esteja satisfeito com a política do governo, mas pensa que usando de influência por dentro do governo pode mudar, então permitem que isso exista. E aí, o que acontece? Como isso está sendo resolvido no Executivo, o restante pouco importa. Ninguém leva suas contradições para o Congresso e o Congresso se perde em discussões menores, porque a discussão se dá como se fosse uma câmara fascista, que era o modelo...

CLÁUDIO LEMBO – Dos conselhos.





ROBERTO FREIRE - Mas eu digo câmara porque conselho era muito *soviet*, *soviet* em russo é conselho. O que o fascismo fazia era câmara, as câmaras, as corporações, ali. O governo faz um pouco disso, essas contradições no seu seio. Isso não vai para a sociedade, todos esperam que se resolva lá e isso também diminui a pressão por qualquer reforma.

CANINDÉ PEGADO (Secretário Geral da UGT) – Eu gostaria de ficar, Roberto Freire, com a sua colocação de que os principais atores sociais brasileiros não têm interesse em produzir reformas. Crise que permita reforma política nesse país existe. Maiores do que essas que estão acontecendo no país nos últimos anos acredito que dificilmente teríamos outras, devemos aproveitar esses momentos de crise para produzir reformas políticas. Acho que as reformas poderiam acontecer inclusive pelo próprio regimento das Casas do Congresso. Você falou que o Lula ganhou nessa sessão secreta a absolvição do Renan Calheiros e que você já votou antes em sessão secreta onde foi cassado um senador. Mas eu perguntaria: se a sessão fosse aberta, se o voto fosse aberto, será que haveria esse sucesso do Renan Calheiros, justamente dentro da conjuntura que hoje observamos, de uma crise institucional no âmbito do Congresso Nacional? As coisas poderiam acontecer lá por dentro, pelo menos, iniciando até pela própria reforma do regimento da Casa. O que acontece é que, com o advento do mensalão, na campanha passada, se tomou toda uma precaução com relação à questão da fiscalização dos recursos das campanhas. Isso também não deu em nada, haja vista, justamente, a abertura das prestações de contas de vários partidos. Tudo aquilo, colocar CNPJ, fazer uma série de medidas no sentido de evitar o uso exacerbado de recursos em campanhas e de forma não cristalina, poderia trazer à tona certo regramento para a campanha passada. Acho que boa parte da sociedade tem a convicção de que reside justamente no financiamento das campanhas a grande chance de se eleger os parlamentares que são financiados por setores corporativistas e que a eles prestam serviços, é fácil de cooptar, pois sempre querem ter assento ao lado do sistema, do governo. Pergunto ao Roberto Freire e também ao deputado Aldo Rebelo as suas opiniões sobre o financiamento público de campanha. Para mim é uma questão que, se for mexida, já daria um grande abalo na questão da reforma política que a gente almeja.

ALDO REBELO – Certa vez nós reunimos os líderes partidários para discutir financiamento público e a preocupação era exatamente como evitar que o poder econômico interferisse, influenciasse a escolha de candidatos pelos eleitores. E me veio uma imagem que até citei para a deputada Luciana Genro. Eu disse: “Deputada, a senhora conhece o rio Amazonas? Então imagine entrar naquele rio, com aquela largura, com aquele volume de água, e tentar controlar as águas com as duas mãos. É como tentar, dentro do sistema em que vivemos, do sistema capitalista, evitar que o capitalismo influencie nas eleições, que o poder econômico influencie nas eleições. É impossível”. Você pode estabelecer mecanismos de controle e de fiscalização que cheguem a uma determinada eficiência, mas, para evitar a influência do poder econômico sobre as instituições, em um país como o Brasil, é preciso evoluir muito, romper os desequilíbrios, a sociedade alcançar o estágio de equilíbrio maior, que nós não alcançamos ainda. Sou por princípio, por doutrina, favorável ao financiamento público. Acho que nós deveríamos adotá-lo. Já fizemos várias tentativas. No começo dos anos 90 criou-se a comissão especial da Câmara, que analisou essa questão, mas não chegamos a nenhuma conclusão. A questão é que o financiamento público depende, e tem que ser associado, a um sistema eleitoral que tenha coerência com o financiamento público, que é o caso do voto em lista. O problema é que o voto





em lista nem sempre protege o sistema eleitoral da corrupção. Deram-me vários exemplos de países onde o sistema é protegido de desmandos e o voto é em lista, e de países onde o voto é em lista e os desmandos acontecem. Em alguns países africanos, e aqui, no Paraguai, o voto é em lista. Certa feita, quando esse tema estava em debate, me pediram, por ter uma relação meio de sertanejo com o governador Miguel Arraes, que eu tentasse convencê-lo a apoiar o voto em lista. Fui lá, era uma missão do partido, que apoiava o voto em lista, Fui conversar com o Arraes e o Arraes, baforando aquele cachimbo, ouvindo, eu expondo que nesse voto aberto nós concorreremos com os próprios companheiros do partido. Quando eu faço campanha, não fico preocupado com o candidato do outro partido, a minha preocupação maior é com o candidato do meu partido, que eu tenho que superar, e não o meu adversário. Para ser eleito nesse sistema tenho que superar, principalmente, o concorrente do meu partido, tenho que ter mais votos do que ele. E a influência também do poder econômico -- pessoas que não constroem partidos, não se dedicam a organizar partidos, na véspera da eleição se filiam ao partido, conseguem dinheiro e saem argumentando. No fim o Arraes só me fez uma pergunta: "O senhor sabe me dizer quanto vai custar uma vaga numa lista dessa?". Só fez essa pergunta. Nem sei qual é a posição definitiva dele, o que ele estava questionando era que essa influência maléfica, a má influência do poder econômico vai encontrar as brechas e os caminhos para se manifestar em qualquer sistema, em qualquer lugar. Eu não deixo de dar alguma razão pelo menos a essa preocupação dele. Ao invés de um candidato sair por aí reunindo vereadores, prefeitos, lideranças e ajudando financeiramente para resolver o problema da sua eleição, do ponto de vista do capitalismo, ele racionaliza até as despesas, ele vai no atacado. Isso, de fato, pode também acontecer. Por esse motivo o financiamento público, voto em lista ou qualquer coisa que se chame de reforma política e eleitoral tem que ser acompanhada, também, de mecanismos de fortalecimento e de democratização dos próprios partidos, senão três ou quatro caciques nos Estados controlam os partidos, definem tudo. As convenções nem sempre são acontecimentos democráticos abertos. Por essa razão, enquanto sou muito otimista no conjunto, na visão geral, na perspectiva geral, em relação ao varejo de tentar resolver os problemas do país pela reforma política, sou pessimista. Acho que nosso sistema tem muitos defeitos, mas não é o pior do mundo, não é. Do ponto de vista do pluralismo, ele é mais democrático do que muitos sistemas europeus tidos como civilizadíssimos e avançadíssimos. Do ponto de vista do pluralismo, poucos no mundo permitem a representação de minorias políticas, ideológicas, como o sistema brasileiro permite. O Chile tem esse voto distrital e a representação praticamente é uma representação polarizada entre duas grandes correntes. O Partido Comunista, por exemplo, em muitos distritos consegue 17, 20, 22% dos votos e não consegue uma representação, não tem um deputado no Chile. Embora tenha uma força eleitoral grande, não tem representação porque é sempre a terceira força, nos distritos. Mas eu creio que uma forma de democratizar o sistema no Brasil é a implantação do financiamento público acompanhado dos mecanismos de controle e de fiscalização que não permitam a sua grande deformação, alguma eu acho que é inevitável.

ROBERTO FREIRE – Não se trata de fazer reforma com mudanças regimentais, até porque com algumas que foram feitas, superficiais, não mudou nada -- fim de showmício ou qualquer outra coisa não significa coisíssima alguma, isso e nada é a mesma coisa. Isso significa apenas que candidato que não tinha recurso para fazer com Chitãozinho e Chororó arrumava uma outra dupla caipira qualquer e fazia, então ele, agora, fica mais tranqüilo, não precisa competir com uma qualquer contra as mais famosas. Então, equalizamos, mas é irrelevante do ponto de vista





de sistema, não muda grande coisa. Segundo: não muda regimento a questão do voto secreto; o voto secreto é constitucional, o regimental, é a sessão secreta. Mudaria muito pouco, porque a sessão aberta daria apenas conhecimento de todos os discursos, mas o voto continuaria secreto. É interessante esse voto secreto. Quando foi criado deveria preservar o parlamentar da influência e da pressão do Poder Executivo, seja nos votos, nos vetos, em algumas leis que diretamente seriam do interesse apenas do Parlamento, uma delas a cassação. Evitar influência do Poder Executivo, defender a independência do parlamentar. O que é que aconteceu? O mundo, em seu processo de democratização, de dar cada vez maior participação à cidadania, mudou o caráter do voto secreto. Ele, hoje, não é para garantir o parlamentar da pressão do Executivo, ele passou a ter um papel perverso: garantir o parlamentar na sua traição perante a cidadania. Isso é que mudou e, daí, a necessidade de acabar com o voto secreto, porque o avanço democrático está exigindo que o parlamentar diga em que ele votou em todas as situações. Só que, anteriormente, quando foi constituído, o voto secreto era para garantir o parlamentar não perante a sociedade, que tinha menor força de pressão ou menor presença nas questões em votação, o importante era garanti-lo, inclusive, como oposição às pressões do Executivo. Então, é esse o sentido. Mas tem que acabar com o voto secreto. Eu diria a você que Renan Calheiros sofreu muito mais pressão da opinião pública, da sociedade e da imprensa do que Luís Estevão, sem nenhuma dúvida. E por que um foi cassado? Não é porque o Luís Estevão tinha provas mais contundentes ou menos contundentes, porque isso é um processo político, as provas, desde o momento em que são soltas, vão dar resultado, ou não, dependendo do volume, da pressão política e dos interesses. Não teve, por exemplo, com Luís Estevão, quando votei na cassação, nenhuma pressão do governo em cima da votação, nenhuma. Nenhum partido decidiu votar a favor ou contra, como teve o PSDB, se declarando. Até vamos nos lembrar da fraude do painel na votação secreta -- só que isso só se veio saber a *posteriori*. Parece que alguns votos... Permitam-me, não vou correr nenhum risco, não estou acusando ninguém, mas parece que alguns foram alertados de que poderia haver o conhecimento do voto. O Antonio Carlos Magalhães, que era o presidente, foi responsável pela fraude por obrigar a funcionária (não sei como foi obrigada) a abrir o sigilo do voto e foi avisado para alguns que isso iria ocorrer. Não sei se isso chegou a mudar o resultado, mas é o folclore ou, pelo menos, a tragédia brasileira. E tem mais: isso passou como uma questão menor. Veja a que ponto a gente chegou, do ponto de vista da moral, o presidente de um Senado com falta de decoro evidente e a prática de um crime. Eu até brinquei um pouco, quando disse a ele: "O senhor é um prevaricador". Disse isso em plena televisão. É uma pena, porque o termo é muito duro, mas a pena é pequena, a pena de prisão é pequena. Mas esse é um fato que conto só para dizer a vocês que nós avançamos. Quando Aldo era presidente, foi votado, no primeiro turno, o fim do voto secreto na Câmara dos Deputados. Foi aprovado por unanimidade -- está até hoje lá, não teve o segundo turno. Quanto à questão do financiamento público, gostaria de dizer que sou, inclusive, o autor da primeira lei que trata, no Brasil, deste financiamento, em 1981. É claro que aquilo não foi nem discutido, passou a legislatura e foi arquivado, sem discussão alguma. Mas foi em um determinado momento em que estávamos discutindo reformas, ainda no período ditatorial, mas se apresentava tudo, embora nada fosse aprovado que não interessasse ao governo. Mas isso digo só para registrar que há muito tempo defendemos o financiamento público. Ele tem algumas dificuldades. Imaginar que não vai haver quebra da legalidade, não vai haver caixa dois ou processo de corrupção, é como imaginar que o Código Penal poderia acabar com o homicídio. Não vou me pautar pela possibilidade de haver transgressão; vou criar





a instituição que tenha melhores condições de impedir a transgressão. Não tenha dúvida de que o financiamento público impede a transgressão maior, que é a existência do financiamento privado, inclusive ilícito, do caixa dois. Não vai haver financiamento? Vai. Mas será muito mais fácil, por exemplo, controlar 27 prestações de contas, que é o número de partidos, do que controlar a prestação de contas de dez mil candidatos. Mesmo agora, com tantos candidatos, de vez em quando tem candidato perdendo mandato por mau uso de recursos da campanha. Pelo simples fato de ter maior punição, um melhor controle, maior transparência, com CNPJ e bancos, todo um mecanismo que foi criado, o Poder Judiciário, através do Ministério Público e da ação da própria sociedade, está cassando alguns mandatos, coisa que nunca existiu. Não é o suficiente. Eu diria, mesmo admitindo a idéia de em razão do capitalismo o poder econômico vá ter influência sobre as eleições, que nas sociedades democráticas não há apenas o poder econômico. Estão aqui dirigentes sindicais, que influenciam a sociedade sem serem representantes do capitalismo, ao contrário, são representantes do trabalho. Nessas sociedades capitalistas, quando você tem financiamento público de campanha e certos sistemas mais democráticos que permitem maior controle, você inclusive derrota as forças do capitalismo, isso já aconteceu. A gente pensava que em 2002 teríamos derrotado as forças do capitalismo. Só que eles, mesmo derrotados, ganharam. Aqui no Brasil a gente está vendo, infelizmente, um governo que se elegeu como de esquerda ser terceirizado pela direita.

PAULO ROSSI (Secretário de Informação Política da UGT)- Deputado Aldo, a limitação da edição de medidas provisórias não seria uma forma de o Congresso Nacional resgatar a credibilidade perante a opinião pública? Houve a eleição Congresso em Foco, quando os jornalistas votaram, e nenhum parlamentar da situação está entre os mais votados, que foram o Gabeira, Chico Alencar e Gustavo Fruet. Qual a sua opinião a respeito? O voto distrital não seria uma forma de diminuir os altos custos das campanhas? Pergunto ao nosso presidente, Roberto Freire: a oposição, hoje, não está vivendo uma crise de identidade? PSDB e PFL, hoje Democrata, não fazem críticas duras ao governo. Os democratas ainda fazem alguma crítica, mas no PSDB o presidente Fernando Henrique é a única voz. José Serra e Aécio Neves, na eleição que o Aldo disputou com o Chinaglia, trataram de cuidar dos seus Estados e fazer acordos nas suas assembleias. Prova disso é que o vice do Chinaglia é o Nácio Rodrigues, extremamente ligado ao Aécio. E o pudor que o PSDB e, principalmente, o PFL, que foi seu parceiro nos oito anos de mandato Fernando Henrique, têm de assumir as reformas que foram feitas e as privatizações? Nós vimos, na campanha, o governador Alckmin ter vergonha de assumir o programa que o PSDB implantou e que o Lula deu continuidade, como ele falou, com uma nova roupagem. Como o PPS e outros partidos de esquerda, partidos de oposição, vêm este quadro?

ROBERTO FREIRE – Na questão da medida provisória, vou apenas dizer que antes era muito pior. Continua péssima, porque é uma usurpação, mas é uma usurpação que o Congresso faz. Se o Congresso, por exemplo, fizesse análise prévia da admissibilidade, muitas dessas medidas provisórias seriam de imediato declaradas inconstitucionais e devolvidas. Admissibilidade de urgência. Têm algumas dessas que foram pedidas com urgência e até hoje não foram nem implementadas. Algumas claras determinações de proibição de tema de medida provisória, de créditos extraordinários que não podem ser por medida provisória, são por medida provisória e a maioria aceita tranquilamente. Mas já foi pior, teve um momento, no governo Fernando





Henrique Cardoso em que o Plano Real estava, depois de quase oito anos, ainda como medida provisória que, no Brasil, tinha uma característica impressionante: além de ser provisória e ser renovada, ela inovava em cada renovação. Permitia-se isso.

CLÁUDIO LEMBO – Era obrigatória.

ROBERTO FREIRE – Não era renovar o que tinha sido editado pela primeira vez; toda vez que renovava, vinha matéria nova, que não tinha nada a ver com a medida provisória original. Então era uma loucura, uma parafernália do ponto de vista legislativo, provisória e diferente, toda vez que era renovada a provisóriedade. Conseguimos pelo menos deter isso, pois tem um prazo e um decurso de prazo. Mas esse decurso nunca ocorre, porque o Congresso é subalterno e aprova quase tudo -- é raríssima a medida provisória que foi rejeitada.

Você falou que o PFL ainda faz oposição. Eu gostaria de dizer que nem ele e nem o PSDB fizeram oposição integral ao governo Lula, ao contrário. A política econômica adotada por Lula foi de continuidade e, por isso e pelos interesses da sociedade, que achava que ela era correta, quem se pronunciar contra é como se vivesse em um outro mundo, um dinossauro, um estatizante. Você não precisa dizer nada, ser contra ela é algo que está fora da realidade, porque esse é o melhor dos mundos. O PSDB e o PFL desde o início se caracterizaram como os principais defensores do senhor Antonio Palocci. A blindagem a Antonio Palocci por esses dois partidos era maior do que a blindagem que o PT fazia. O PT não expulsou os que reclamaram da política econômica. A reforma da previdência, as alíquotas dos aposentados, foram motivo de expulsão maior do que a divergência em relação à política econômica. Mas ficou um resíduo na oposição, o PCdoB de vez em quando fazia críticas. A blindagem ao Palocci só deixou de existir quando ele praticou um crime. O Brasil é isso, um sujeito pratica um crime, um crime absurdo, quebra o sigilo bancário de uma pessoa, sendo ministro da Fazenda. Num país sério, talvez desse cadeia. Não. O Palocci está sendo o relator da matéria mais importante do governo Lula, e sendo aplaudido. Pois bem, essa blindagem veio durante todo o tempo e continuou, depois, numa cena meio insólita. No Senado, Antonio Carlos Magalhães e Tasso Jereissati enaltecendo a atuação política do Henrique Meirelles. E o crítico? Aloisio Mercadante, que era líder do governo.

O modelo econômico está sendo aceito dentro dessa visão macro e, quanto mais se assemelharem as alternativas, melhor para esse sistema, pois nada será colocado em xeque. Esse é o momento dramático que nós, de esquerda, estamos vivendo. Qual é a nossa alternativa? A gente discute, o partido de vez em quando se reúne, temos uma proposta. Agora, isso é muito distinto do que tínhamos anteriormente, que era a socialização dos meios de produção ou a estatização como transição socialista, para um mundo socialista. Esse confronto existia. Hoje esse confronto está meio diluído, porque ainda nesse novo mundo não conseguimos ajustar como aplicar valores que são distintos, direita e esquerda mudando no mundo por conta dos conteúdos, mas existindo como referência. Na Europa avançaram, nós ainda não muito. Estamos ainda muito perplexos, alguns não sabendo como seria a alternativa a esse sistema, qual o modelo diferente. Pensávamos construir isso, mesmo com toda a dificuldade. Não conseguimos.





Vamos gerar alternativas? Aí você me fala. Um Serra pode gerar alternativa? Eu quero dizer a você que eu torço por isso. Vejo alguma dificuldade pelo fato de que governador, mesmo do Estado de São Paulo, está vivendo, no Brasil, algo muito preocupante. Nós, cada vez mais, perdemos a mínima característica que temos de federação. Se nunca tivemos, cada vez menos a teremos. Por quê? Porque há uma concentração de poder na União e o governo Lula é tremendamente centralizador. Ele centraliza inclusive verbas e faz um jogo político impressionante. Através do PAC, há um comitê gestor de verbas orçamentárias em que aparece o Executivo como o grande mecenas de todos os Estados -- que vivem de pires na mão, de todos os setores que estão em crise. A última delas: a crise dos hospitais e da saúde pública em Alagoas, em Pernambuco e na Paraíba, morrendo gente. Como se não tivéssemos apagão. Sempre tivemos apagão, o aéreo é que é novidade, mas o apagão na saúde pública sempre existiu e há uma crise, agora. Pedem dois bilhões, o ministro da Fazenda diz que não tem, mas depois o governo Lula aparece com os dois bilhões. Ninguém, nenhum dos governadores têm a coragem de dizer: esses dois bilhões não estão sendo dados. Até porque continuam devendo quatro, porque Lula, no começo do ano, contingenciou seis bilhões do orçamento da saúde no Brasil. Faz isso à vontade e, depois, aparece como aquele que está dando recursos. Esses recursos são escassos, e não aparecem porque são todos para o pagamento dos juros da dívida, pelo superávit primário que fazem. Se continuarmos crescendo 4,5 ou 5%, outros apagões virão, não apenas aéreo, não apenas em saúde ou educação, vem o da infra-estrutura. A partir desse quadro a oposição brasileira tem que começar a construir uma alternativa.

Como conheço o Serra de há muito disse, em 2002, que o candidato apoiado pela esquerda foi Lula, mas o candidato de esquerda era Serra. É nesse sentido que eu espero que se gere uma alternativa para o Brasil, porque esperar que venha com uma sucessão, evidentemente não vem e, muito menos, com o medo que existe no Brasil (veja a que ponto chegamos) de um terceiro mandato.

ALDO REBELO – Deveríamos, não só o Congresso, tratar de construir uma agenda, uma pauta para o país que não esteja relacionada com a que a mídia, as ONGs e outras instituições tratam, diariamente. O principal problema do Brasil, o principal tema do qual o Brasil deve tratar é o de como superar os obstáculos do país ao desenvolvimento da sua economia, ao crescimento da sua economia. Lamentavelmente esse debate parece que não interessa ao governo. Ele é incômodo, de fato, porque o que se pretende é a continuidade da política econômica. Esse debate não interessa ao governo e talvez também não interesse a um setor importante da oposição, porque o obriga a entrar em confronto, ou em polêmica, com forças econômicas, financeiras e com a mídia, os articulistas, gente que escreve que tem colunas, que faz comentários. Mas é evidente que o Brasil precisa fazer esse debate. Nós não podemos nos conformar em ver países como a Índia e a China, com muito mais dificuldades do que o Brasil, acumular, durante anos seguidos, taxas de crescimento tão grandes. Mesmo diante da Argentina, país que enfrentou uma crise tão grave, recentemente. Ele não tem as potencialidades do Brasil e não tem a capacidade industrial do Brasil. Já não tem mais a agricultura que tinha, o Brasil





superou a Argentina como potência agrícola, como detentor de rebanho bovino e, segundo os próprios argentinos, em dez anos vamos produzir mais vinho do que eles, devido à alta taxa de investimento em uvas no Rio Grande do Sul e no Nordeste.

No processo de integração com a América do Sul, qual o nosso caminho? O Brasil precisa construir, não diria um mercado comum, mas organizar a economia da América do Sul de forma a que, além de ser beneficiado, oferecesse também alternativas aos nossos vizinhos. Há deformações graves. O Estado de São Paulo, que é o meu Estado, acumula, por ano, um superávit de 700 a 800 milhões de reais com o Mercosul e com a Argentina. Ao mesmo tempo Mercosul tem sido uma tragédia para o Rio Grande do Sul, sua porta de entrada. Perde em calçado, em couro, em arroz, em trigo, em vinho, em uva, perde em tudo. O Mercosul existe para São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Mas para Roraima, Amazonas, Pará, Rondônia, Acre, o que é o Mercosul? A questão da infra-estrutura, da logística, da ciência e tecnologia. Você fazia uma comparação com o governo Vargas. No aspecto político pode parecer, em outros aspectos não tem comparação. O Vargas legou ao Brasil um outro país, com uma legislação trabalhista, sindical, social, com outro projeto de industrialização, com outro projeto de pacto nacional.

CLÁUDIO LEMBO – A Petrobrás.

ALDO REBELO – Agora, nós não temos isso. O que é que o Brasil de fato apresenta de novo para as futuras gerações, em que ramo da indústria, do conhecimento? Nós não conseguimos sequer concluir aquele veículo lançador de satélite e pô-lo em órbita -- já estava quase pronto, e nós não conseguimos fazer isso. Em que ramo do conhecimento, da tecnologia, da produção, da atividade industrial nós renovamos? Para não pegar só esses dois últimos governos, nos últimos 12 anos? Muito pouco, muito pouco.

Mesmo em relação à China: é uma relação difícil, de exportação de commodities. Os chineses hoje estão mandando não apenas a mercadoria estão mandando o chinês junto, para vender. A gente ainda tinha o cara que vendia ali no meio da rua, já não temos. Acho que, desse ponto de vista, é essa a agenda e é esse o debate. Quanto ao problema da medida provisória, acho que prejudica. Foi feita uma mudança, mas ainda é pouco. Já derrotamos duas medidas provisórias relacionadas à questão sindical, no ano passado, e acredito que derrotamos o que for contrário à sociedade.

LUCIANO – Eu queria realmente parabenizar a Federação do Comércio por esse primeiro encontro e agradecer a presença da mesa, por realmente ter comparecido algumas pessoas importantes para a união do Estado com a iniciativa privada e mesmo com a população, através do sindicato dos empregados, isso é muito importante. Eu tenho duas perguntinhas bem rápidas. Caiu Palocci, caiu José Dirceu, eu não entendi, esse caiu é um ponto de interrogação, na verdade eles continuam lá mandando. A outra questão é que nós estamos à beira de uma votação sobre





a CPMF. Na verdade a gente vê que a população e mesmos os congressistas, os senadores e deputados, a maioria fala que isso na passa. Mas, mediante os últimos acontecimentos, a gente acha que a CPMF já é algo votado e concretizado. Deputado Roberto Freire, o senhor traz uma triste notícia de que pelo menos pelos próximos três anos nada muda concretamente nesse país?

ROBERTO FREIRE – Eu não disse que caíram. Quanto ao Palocci, fui até muito claro, ele continua, agora relator da matéria mais importante, o destino da CPMF: ele é o relator da CPMF na Câmara dos Deputados. Voltou e voltou com toda a força. O caso do Zé Dirceu: ele caiu do mandato no Ministério, mas continua influente na política, influente até no Corinthians. Quanto à CPMF, é meio difícil saber, mas vou dizer que, felizmente, o governo Lula, com todo o seu interesse de renovar a CPMF, não está sabendo como encaminhar questão. Encaminha pela pior forma, mantendo o Renan, imaginando com isso aprovar a CPMF no Senado, que é onde ele tem maior dificuldade. Na Câmara não, ele tem maioria. Ele precisa de dois quintos para aprovar porque é emenda constitucional. No Senado haverá dificuldade. Onde é que ele iria conseguir a aprovação? Na oposição, particularmente do PSDB, responsável, junto com o Jatene, pela CPMF, na época do Fernando Henrique Cardoso. Sou responsável, em parte, pelo IPMF, criado no governo Itamar para fazer frente à crise fiscal recebida do governo Fernando Collor. Foi criado como receita provisória. Depois, em outros governos, virou permanente, vinculada à saúde, o que até hoje persiste.

Passou a ser uma arrecadação impressionante para um governo que precisa ter recordes de arrecadação para pagar o desperdício de quem o que menos tem é austeridade, -- basta ver o número de ministérios. Faço uma brincadeira: você não sabe o nome de todos, eu não sei e nem Lula, que os nomeou, sabe. Muitas vezes não se sabe nem bem para que. Então, é um governo do desperdício. Então se chama o PSDB para aprovar a CPMF, até porque o PSDB fica imaginando ser governo, em 2010.

Não digo que em 2010 não vai acontecer nada. Espero que aconteça muita coisa e que a gente crie uma alternativa para o país. Eu não estou vendo é se até lá nós vamos ter uma crise de proporção e de intensidade que apresse a discussão efetiva da reforma e atores sociais que queiram a mudança. Sou um otimista. Não chego a ser panglossiano, porque seria ingênuo e idiota, mas sou um otimista. E quem não foi comunista para não ser otimista?

Sou favorável ao voto obrigatório. Acho que não tem nenhum grande significado o Brasil deixar o voto livre. O que é, para o cidadão e a cidadã do país reservar um dia, de dois em dois anos para decidir um pouco do seu destino? Se não quiser decidir nada, apenas vai lá, justifica, não vota, pode não fazer campanha. Mas tornar isso obrigação de cidadania evita que a gente continue sendo uma sociedade de profunda desigualdade, que se reflete, também, na afirmação da cidadania. Com o voto obrigatório a gente consegue, pelo menos, pensar que pode mudar.





Se não fosse obrigatório o voto, seria muito mais fácil a macroeconomia globalizada definir, com maior tranqüilidade, o nosso destino.

ALDO REBELO – Sou a favor do voto obrigatório. Não só do voto, mas da vacinação obrigatória, do serviço militar obrigatório, da escola obrigatória. Para se construir uma sociedade civilizada e democrática é preciso ter das pessoas algum tipo de compromisso. Então o pai tem que vacinar a criança, tem que mandá-la para a escola. O jovem tem que se oferecer para prestar o serviço militar ao seu país, a defesa do país não pode ser escolha de quem quer seja, nasceu aqui, meu filho, aqui é a sua pátria, aqui é o seu país, então você tem que ter algum compromisso. E o voto também. Você não é obrigado a ser filiado a partido, você não é obrigado a ser candidato, você não é obrigado a escolher o candidato no dia da eleição, você não é obrigado a votar, você é obrigado a comparecer rigorosamente, nem a votar você é, você pode ir lá e anular seu voto, votar em branco, qualquer coisa. Agora, esse compromisso mínimo você tem que ter com os outros cidadãos e com o país. Então, desse ponto de vista, acho que o voto obrigatório é um dever. A democracia é uma coisa muito importante e muito boa, mas não é apenas direitos, precisamos também ter deveres. Não existe uma sociedade que se organize só com direitos. Se ela também não tiver deveres, ela não vai a lugar nenhum. Se ela não tiver um senso de disciplina, de unidade em torno de determinados objetivos comuns, ela se fragmenta, se esfacela e é presa fácil num mundo como o que nós conhecemos hoje.

Votei a favor da CPMF, na época do Dr. Jatene. Ele foi lá, fez um esforço, procurou todo mundo. Nós o recebemos, inclusive na bancada, e votamos. A escalada de aumento da carga tributária é uma tragédia para o Brasil, porque a ela estão atrelados também os juros, o câmbio, a perda da nossa capacidade de competir com o mundo em determinados produtos. O calçado é um. Quanto tem de tributo em um calçado brasileiro e quanto tem de tributo em um calçado chinês? Eu vi as contas dos produtores do Rio Grande do Sul e outros, do Ceará: é impossível competir com os chineses. Agora, não é com um debate que você vai acabar com isso. É preciso discutir aonde se vai reduzir, em que áreas. É preciso reduzir o imposto de renda, importante para uma parcela da classe média. É preciso saber, exatamente, o que é que vai reduzir e aonde vai reduzir. Mas é preciso reduzir porque isso gera incapacidades para o país e cobra o seu preço no crescimento da economia, na geração de empregos, e assim por diante.

CLÁUDIO LEMBO – Nós vamos encerrando. Vamos ouvir uma palavra final do Patah.

RICARDO PATAH – Meu professor Cláudio Lembo, realmente eu fiquei muito contente com a discussão entre os mais diversos atores sociais e aqueles que são os detentores dos votos, estão lá no Congresso, representando a sociedade. Ela pode nos levar a trilhar os caminhos que desejamos. A posição contundente do nosso presidente do PPS, Roberto Freire, ao dizer que não haverá reforma política por falta de certos sintomas de crise ou que os atores não querem que haja reforma, preocupou-me. Sou, talvez, mais otimista do que o próprio Roberto





Freire e, por isso, vamos insistir nesses debates, nos dias 08 de outubro, 05 de novembro e 03 de dezembro. Com certeza eles vão nos permitir vislumbrar soluções ou situações que possam, efetivamente, nos levar a algumas mudanças importantes. Como presidente da UGT estou muito feliz por fazer essa parceria, que mais uma vez enfatizo, com o nosso companheiro Abram Szajman e colocar, para a sociedade, temas tão relevantes, tão importantes.

Agradeço muito a participação de todos e o seu empenho em um debate tão importante para o nosso país. Obrigado, pessoal.

CLÁUDIO LEMBO - Uma palavra final de agradecimento à Federação do Comércio e ao Abram Szajman pela criação deste Conselho, fundamental para que a gente possa criar cidadania. E a cada um dos senhores e senhoras que estiveram aqui. Certamente tivemos a oportunidade de aprender com os dois expositores. Muito obrigado, meus amigos.





Empresário que está com a Fecomercio tem muito mais benefícios.

- ✓ Previdência Associativa – FPA
- ✓ Qualicorp - Sul América
- ✓ Pesquisas e Estudos
- ✓ Consultoria Jurídica
- ✓ Salas de Crédito
- ✓ Consultoria Econômica
- ✓ Certificação Digital
- ✓ F/TV - Seu canal de informação na internet
- ✓ Revista F/ Comércio e Serviços
- ✓ Cadernos Fecomercio



INFORME-SE COMO APROVEITAR!

Rua Dr. Plínio Barreto, 285 - 5º andar - Bela Vista - São Paulo - SP - Tel: (11) 3254-1700

- 1) Risco soberano da dívida: componentes, efeitos e tendências
- 2) Crédito para as micro e pequenas empresas
- 3) Índice de preços no Brasil
 - Extra – Economia: balanços e perspectivas – uma análise do comércio varejista
- 4) Agenda 2007 – Metas e meios para o alcance da prosperidade
- 5) Um estudo sobre o Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
- 6) Índices de Preços no Brasil – Um estudo sobre o Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas: IPCA - IBGE
- 7) O mercado de trabalho diante do século 21
- 8) Economia brasileira: balanço e perspectivas
- 9) Normativa internacional em serviços
- 10) Salário mínimo – estudos e propostas
- 11) Simplificando o Brasil – Tributação e gastos públicos
- 12) Simplificando o Brasil – Previdência e trabalho
- 13) Simplificando o Brasil – Burocracia e propensão a investir
- 14) Simplificando o Brasil – O agronegócio
- 15) Economia brasileira: balanço e perspectivas
- 16) Simplificando o Brasil – Sistema financeiro
- 17) Inserindo o Brasil no Mundo – Comércio, investimento e tecnologia
- 18) Inserindo o Brasil no Mundo – Modelos, aliados e parceiros: que lugar ocupar no mundo?
- 19) Reforma trabalhista – o que pode ser feito?
- 20) Inserindo o Brasil no Mundo – A reestruturação do trabalho no mundo
- 21) A carga tributária no Brasil – sua evolução e impacto nos preços
- 22) Inserindo o Brasil no Mundo – Unilateralismo, bilateralismo, regionalismo ou multilateralismo – que instrumentos nos convêm?
- 23) O outro PAC
- 24) Política cambial e o crescimento econômico
- 25) CPMF: o provisório desvirtuado
- 26) Reforma política
- 27) Aspectos da Emenda 3
- 28) A execução fiscal sem o judiciário
- 29) O Brasil e a América do Sul: convergência ou caos?
- 30) Mercosul e União Européia: revisitando o comércio de serviços
- 31) Análise do setor energético brasileiro
- 32) Poluição Global
- 33) 180 anos dos cursos jurídicos no Brasil
- 34) Poluição local e regional
- 35) O Andamento do PAC: Intenções X Realidade
- 36) A Questão Previdenciária
- 37) Reaproveitamento de Resíduos Orgânicos
- 38) Brasil: Político e Ético